



Representantes do setor privado discutem na Conferência Paulista de C&T&I desafios enfrentados pelas empresas que investem e atuam em P&D (foto: Eduardo Cesar)

Especiais

Desafios da pesquisa privada

13/4/2010

Por Fábio Reynol

Agência FAPESP – O setor privado tem aumentado a execução de atividades em pesquisa e desenvolvimento (P&D) e também a sua participação no financiamento de pesquisas em instituições públicas.

Com essa afirmação, Sérgio Robles Reis de Queiroz, professor do Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas (IG-Unicamp), abriu o debate “P&D no setor privado”, a primeira mesa da Conferência Paulista de Ciência, Tecnologia e Inovação (C&T&I), nesta segunda-feira (12/4), na sede

da FAPESP.

“A importância das empresas em atividades de P&D e inovação vem crescendo no Brasil e, por isso, é importante debater os problemas que o setor tem enfrentado”, disse.

Segundo Celso Barbosa, gerente de tecnologia, pesquisa e desenvolvimento da Villares Metals, um desses principais obstáculos é a formação de recursos humanos qualificados.

“Temo que em breve poderemos ter um problema muito sério de falta de mão de obra especializada. Por exemplo, de 27 engenheiros formados no ano passado em uma turma do ITA [*Instituto Tecnológico de Aeronáutica*], 21 foram para o sistema financeiro”, contou.

Para Barbosa, um crescimento econômico mais vigoroso do país poderá acarretar uma grande falta de técnicos e pesquisadores nas empresas. E essa escassez já vem sendo notada. “Há dificuldade até para encontrar bolsistas para projetos”, disse.

A preocupação foi compartilhada por José Fernando Perez, presidente da Recepta Biopharma e ex-diretor científico da FAPESP, que também participou da mesa. “O Brasil precisa formar mais engenheiros e cientistas ou a falta de recursos humanos será um gargalo sério para o desenvolvimento”, disse.

Por outro lado, Barbosa elogiou pontos positivos da pesquisa brasileira, como o que chamou de “condições locais”, as quais englobam facilidades que o país oferece para a pesquisa dentro da empresa, existência de boas instituições de ensino e incentivos fiscais. “Recebemos em incentivos cerca de 27% do que investimos em P&D no Brasil, um índice melhor do que em nossas unidades na Europa”, destacou.

A proximidade entre empresas e universidades também foi um ponto salientado pelo gerente da Villares Metals. Segundo ele, a pós-graduação da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, especialmente na área de metalurgia, está em consonância com o desenvolvimento industrial graças a parcerias que a instituição mantém com empresas.

P&D em administração

Perez apresentou peculiaridades do setor no qual a Recepta Biopharma atua, o de biotecnologia voltada à saúde. “Nossa pesquisa é de alto custo e longo prazo. Não temos certeza de que a inovação funcionará até o último teste clínico, ou até que o órgão regulador aprove o produto”, disse o executivo, para quem essas dificuldades tornariam o processo inovativo muito mais difícil e arriscado nesse setor.

O desenvolvimento de novas drogas é um desafio que o Brasil deve enfrentar, segundo Perez, que ressaltou a ausência, no país, de fornecedores de animais de laboratório de qualidade e de laboratórios de ensaios clínicos.

“Todos os nossos ensaios são feitos no exterior. Esse tipo de atividade não será feita pelas universidades, ela tem que ser executada por empresas”, destacou.

Outro ponto colocado foi a necessidade de o Brasil contar com pesquisa e desenvolvimento também na área de administração de empresas. Perez contou que a Recepta Biopharma entrou para um programa do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT), nos Estados Unidos, que oferece consultoria gratuita em administração dada por pós-graduandos.

“Eles mapearam todo o processo de inovação, identificando os valores do projeto em cada uma de suas etapas. Isso é fundamental para atrair investidores”, afirmou.

Perez também defendeu uma maior flexibilidade dos investimentos governamentais federais destinados à pesquisa. "Uma pequena mudança durante o projeto gera problemas com o uso da verba que já estava marcada", disse.

A estrutura dos sistemas de incentivo foi alvo de crítica do diretor-presidente do Grupo Ultra, Pedro Wongtschowski. "A Lei do Bem, por exemplo, atraiu cerca 300 empresas em 2007 e 450 em 2008. Isso é muito pouco", disse referindo-se à Lei no 11.196 de 2005, que estabelece incentivos à inovação tecnológica.

Para ele, isso ocorre porque os sistemas oficiais de incentivo são inadequados às empresas e não contemplam as suas realidades. "Os intuitos são bons, mas não geram os efeitos desejados. Há algo de errado com o modo como esses instrumentos foram concebidos e como são aplicados", disse.

Outro participante do debate, Ronald Martin Dauscha, do Centro de Inovação, Educação, Tecnologia e Empreendedorismo do Paraná (Cietep) da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep), ressaltou a importância de se classificar as empresas conforme a sua maturidade em pesquisa e inovação.

Não é possível classificar pelo tamanho. Há pequenas empresas extremamente inovativas e empresas de grande porte que desconhecem a pesquisa", comparou Dauscha, que também é um membro da coordenação da área de Pesquisa para Inovação da FAPESP.

Segundo Dauscha, a classificação é um auxílio para a empresa na hora de prospectar recursos e obter incentivos. "Para cada estágio de desenvolvimento de uma empresa há tipos específicos de investimentos, por isso é preciso mapear esses graus de inovação", disse.

AGÊNCIA FAPESP - Rua Pio XI, 1500 - Alto da Lapa
CEP 05468-901 - São Paulo-SP Brasil
agencia@fapesp.br